

Jornal

30 de Agosto



Campanha Salarial

Abril de 2011

EQUIPARAÇÃO É DÍVIDA COM A EDUCAÇÃO!

25,97%

PARA PROFESSORES(AS) E FUNCIONÁRIOS(AS) JÁ!

**Educadores lançam campanha salarial
Data-base confirmada para maio
Governo propõe equiparação em 4 vezes**

Participe das mobilizações dia 26 de abril e 11 de maio

APP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do PR
Rua Voluntários da Pátria, 475 - 14º andar - Ed. Asa - Fone: 41 3026.9822 - CEP 80020-926 - Curitiba / PR

Gestão Independência, Democracia e Luta.

Equiparação é dívida com a educação!

Companheiros e companheiras de travessia,

Com o lema: "Equiparação é dívida com a Educação" lançamos na última Assembleia (26/03) a Campanha salarial 2011. Além da equiparação, a campanha traz como reivindicações centrais o cumprimento da data-base, a saúde, os concursos públicos, o reconhecimento das titulação nas carreiras (mestrado e doutorado para os professores, o ensino superior para o agente educacional I, e a pós-graduação para o agente educacional II), a redução do número de alunos por turmas, a implementação da Lei do PPN, e a manutenção da isenção previdenciária aos aposentados.

Mobilização. A união da categoria em torno do sindicato é um fator decisivo para avançarmos na melhoria das condições de trabalho e de salário da nossa categoria.

Sabedores de que as conquistas sempre são oriundas da mobilização, nossa Assembleia definiu um intenso calendário de lutas para os próximos dois meses. Destacando um dia de redução das aulas e outro de paralisação estadual. Veja o calendário na página 04.

Proposta do governo – Logo após a Assembleia Estadual, em reunião com a APP-Sindicato o secretário de Educação Flavio Arns anunciou um esboço de proposta para a equiparação. Para cumprir a promessa de campanha, o governo quitaria os 25,97% da equiparação em quatro parcelas anuais. A primeira parcela seria implantada no segundo semestre deste ano. A diretoria da APP-Sindicato espera um posicionamento oficial do governo sobre o cumprimento da data-base e irá submeter à categoria a proposta de equiparação apresentada pelo governo.

Pauta 2011 – Na Assembleia de março, aprovou-se também a Pauta de Reivindicações 2011. (pg.4) A pauta reflete os temas principais que a categoria quer resolvidos pelo novo governo para que a sociedade

possa ter de fato a garantia de uma educação pública de qualidade para seus filhos. A pauta traz questões gerais que envolvem o conjunto da categoria (salário, saúde, previdência, concursos, condições de trabalho), bem como questões mais específicas para os segmentos de aposentados, funcionários, PSS, entre outros.

Prestação de contas – Mais uma vez, com toda a transparência, a Prestação anual de contas da APP-Sindicato foi aprovada. Além das contas, os sindicalizados referendaram o Plano Orçamentário 2011.

Aniversário da APP – No dia 26 de abril, a APP completa 64 anos. Um motivo de orgulho para cada educador e educadora de nosso estado. Uma história construída com muita luta e ousadia. Parabéns a todos nós!

Boa leitura!

Diretoria Estadual da APP-Sindicato

Tabela de Vencimentos dos Professores - Jornada 20 horas

	NÍVEIS	Classes										
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PDE	Nível III	1.656,57	1.739,40	1.826,37	1.917,69	2.013,57	2.114,25	2.219,96	2.330,96	2.447,52	2.569,88	2.698,38
Especialização	Nível II	968,56	1.016,99	1.067,84	1.121,23	1.177,29	1.236,16	1.297,96	1.362,86	1.431,00	1.502,55	1.577,68
Lic. Plena	Nível I	774,85	813,59	854,27	896,99	941,84	988,93	1.038,37	1.090,29	1.144,81	1.202,05	1.262,15
Lic. Curta	Nível Esp. III	658,63	691,56	726,14	762,45	800,57	840,60	882,63	926,76	973,10	1.021,75	1.072,84
Lic. Curta	Nível Esp. II	581,14	610,20	640,71	672,74	706,38	741,70	778,78	817,72	858,61	901,54	946,62
Magistério	Nível Esp. I	542,39	569,51	597,98	627,88	659,28	692,24	726,85	763,20	801,36	841,42	883,50

Auxílio transporte: 24% do Nível I - Classe 5 (art. 26) - R\$ 226,04

Tabela Salarial dos Funcionários

Agente Educacional I				Agente Educacional II			
Nível		Nível		Nível		Nível	
Classe	Nível	Classe	Nível	Classe	Nível	Classe	Nível
1	R\$ 700,45	19	R\$ 1.370,67	1	R\$ 1.050,68	19	R\$ 2.056,00
2	R\$ 727,07	20	R\$ 1.422,76	2	R\$ 1.090,61	20	R\$ 2.134,13
3	R\$ 754,70	21	R\$ 1.476,82	3	R\$ 1.132,05	21	R\$ 2.215,23
4	R\$ 783,39	22	R\$ 1.532,93	4	R\$ 1.175,07	22	R\$ 2.299,41
5	R\$ 813,15	23	R\$ 1.591,19	5	R\$ 1.219,73	23	R\$ 2.386,78
6	R\$ 844,04	24	R\$ 1.651,66	6	R\$ 1.266,07	24	R\$ 2.477,48
7	R\$ 876,12	25	R\$ 1.714,42	7	R\$ 1.314,19	25	R\$ 2.571,63
8	R\$ 909,41	26	R\$ 1.779,56	8	R\$ 1.364,13	26	R\$ 2.669,35
9	R\$ 943,97	27	R\$ 1.847,19	9	R\$ 1.415,96	27	R\$ 2.770,79
10	R\$ 979,84	28	R\$ 1.917,39	10	R\$ 1.469,76	28	R\$ 2.876,08
11	R\$ 1.017,08	29	R\$ 1.990,24	11	R\$ 1.525,61	29	R\$ 2.985,37
12	R\$ 1.055,73	30	R\$ 2.065,87	12	R\$ 1.583,59	30	R\$ 3.098,81
13	R\$ 1.095,84	31	R\$ 2.144,37	13	R\$ 1.643,77	31	R\$ 3.216,57
14	R\$ 1.137,49	32	R\$ 2.225,87	14	R\$ 1.706,23	32	R\$ 3.338,80
15	R\$ 1.180,71	33	R\$ 2.310,44	15	R\$ 1.771,06	33	R\$ 3.465,67
16	R\$ 1.225,58	34	R\$ 2.398,25	16	R\$ 1.838,36	34	R\$ 3.597,36
17	R\$ 1.272,15	35	R\$ 2.489,38	17	R\$ 1.908,23	35	R\$ 3.734,06
18	R\$ 1.320,50	36	R\$ 2.583,97	18	R\$ 1.980,74	36	R\$ 3.875,96

A tabela do QPPE pode ser acessada em nosso portal: www.appsindicato.org.br OBS: AUXÍLIO TRANSPORTE - R\$ 216,14

AGENDA 2011

Abril

- 12 a 20 - Plenárias Regionais do Fórum dos Servidores
- 15 - Reunião do GTR de Formação da APP-Sindicato em Francisco Beltrão (participação da Secretaria Estadual de Formação)
- Até 25 - Assembleias Regionais Ordinárias
- 25 a 29 - 12ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Escola Pública (CNTE)
- 26 - Debate nas escolas sobre a Campanha Salarial 2011
- 29 e 30 - Plenária Estadual do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública sobre o PNE

Mai

- 01 - Dia do(a) Trabalhador(a) / Data-base
- 11 - Mobilização nacional da CNTE (com envio de representantes do Paraná) para participação de um ato, em Brasília, em defesa do Piso Salarial Nacional e do Plano Nacional de Educação (PNE)
- 13 - Seminário de Comunicação da APP-Sindicato
- 2ª quinzena - Seminário da Secretaria de Municipais da APP-Sindicato
- 20 e 21 - II Etapa Curso Gênero, Etnia e Diversidade Sexual - Cascavel
- 27 e 28 - Seminário dos Funcionários da APP-Sindicato

Junho

- 10 e 11 - Seminário sobre Meio Ambiente
- 1ª quinzena - Macrorregionais - Secretaria Estadual de Organização
- 17 e 18 - III Etapa Curso Gênero, Etnia e Diversidade Sexual - Cascavel
- 22 a 25 - Jornada de Agroecologia - Londrina
- 2ª quinzena - Coletivo de Funcionários em Foz do Iguaçu
- 2ª quinzena - Seminário do Fundeb - Campo Mourão



APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Filial à CUT e à CNTE

Rua Voluntários da Pátria, 475, 14º andar, CEP 80.020-926, Curitiba, Paraná - Fone (41) 3026-9822 | Fax (41) 3222-5261 - Site: www.appsindicato.org.br

• Presidente: Marlei Fernandes de Carvalho • Secretário de Imprensa e Divulgação: Luiz Carlos Paixão da Rocha • Jornalistas: Andréa Rosendo (4962-PR), Adir Nasser Junior (3819-PR), Denise Kelm Soares e Valnísia Mangueira (893-SE) • Projeto Gráfico e diagramação: Rodrigo Augusto Romani (7756-PR) • Revisão: Carlos Barbosa • Impressão: WL Impressões • Tiragem: 55 mil exemplares.

Gestão Independência, Democracia e Luta - 2008-2011

• Marlei Fernandes de Carvalho - Presidente • Maria Sení Vasconcelos Silva - Secretária Geral • Hermes Leão - Secretária de Política Sindical • Janeslei A. Albuquerque - Secretária Educacional • José Valdivino de Moraes - Secretária de Funcionários • Miguel Angel Alvarenga Baez - Secretária de Finanças • Clotilde Santos Vasconcelos - Sec. Adm. e Patrimônio • Edison Aparecido de Paula - Secretária de Municipais • Luiz Carlos Paixão da Rocha - Sec. Imprensa e Divulgação • Áurea de Brito Santana - Secretária de Assuntos Jurídicos • Tomiko Kiyoku Falleiros - Secretária de Aposentados • Silvana Prestes Rodacosowski - Secretária de Políticas Sociais • José Ricardo Corrêa - Secretária de Organização • Isabel Catarina Zöllner - Sec. de Formação Política Sindical • Maria Madalena Ames - Secretária de Sindicalizados • Lirani Maria Franco da Cruz - Sec. Gênero e Igualdade Racial • Idemar Vanderlei Beki - Secretária de Saúde e Previdência

Em reunião com sindicatos, governo confirma data-base para maio

Confirmada a reposição das perdas salariais, educadores mobilizam-se pela equiparação salarial

Em audiência com a APP e os demais sindicatos que compõem o Fórum das Entidades Sindicais dos servidores públicos do Paraná, no dia 8 de abril, o secretário estadual de Administração e Previdência, Luz Eduardo Sebastiani, anunciou o cumprimento da data-base do mês de maio para todo o funcionalismo público.

Segundo Sebastiani, nos próximos dias, após a análise de estudos realizados pela Administração em conjunto com a Secretaria da Fazenda, o governo anunciará o índice de reposição e encaminhará a mensagem (projeto



Marlei Fernandes, presidente da APP e coordenadora do Fórum, fala aos servidores

O cumprimento da Lei 15.512/07 que estabelece a reposição anual das perdas inflacionárias foi um dos itens definidos como prioritários da Campanha Salarial da APP 2011. Consolidada a reposição, a categoria continuará mobilizada para conquistar a equiparação salarial."

de lei do Executivo) à Assembleia Legislativa. Segundo cálculos do Dieese, 6,39% é o índice necessário para

a correção das perdas inflacionárias do último ano.

Mobilização – Tanto o Fórum quanto a APP-Sindicato definiram em suas instâncias um calendário de mobilização para pressionar o governo a cumprir a data-base e as pautas centrais de cada categoria. A primeira atividade aconteceu horas antes da reunião com o governo, no dia 8 de abril. Aproximadamente 500 lideranças se reuniram em frente ao Palácio das Araucárias para aguardar

o posicionamento da equipe de governo em relação ao cumprimento da data-base.

Se não houvesse o anúncio, os educadores reduziram as aulas para trinta minutos no dia 13 e, juntamente com os demais sindicatos, realizariam no dia 26 de abril um dia estadual de paralisação. Mesmo com o anúncio é importante a pressão dos sindicatos para que a reposição aconteça no mês de maio. Para tanto, ainda neste mês serão realizadas

mais cinco plenárias regionais de servidores: Maringá (dia 12), Londrina (13), Ponta Grossa (15), Cascavel (18) e Guarapuava (19).

Além das plenárias está definido o dia 26 como um novo dia estadual de mobilização do Fórum. Na educação, no dia 26, professores e funcionários vão realizar debates nas escolas como forma de exigir a equiparação e o Piso Salarial Profissional Nacional. Caso o governo volte atrás, o dia 26 será de paralisação.

Governo apresenta proposta inicial para a equiparação

Em audiência com a diretoria da APP-Sindicato (28/03), dois dias depois da Assembleia Estadual da categoria, o secretário de Educação e vice-governador, Flávio Arns, apresentou a proposta do governo para a equiparação salarial.

Para cumprir a promessa de campanha, o governo propôs implementar o percentual da diferença, de 25,97%, em quatro parcelas anuais. Isto corresponderia a uma parcela em torno 6,5% a cada ano. Segundo o governo, a primeira parcela seria paga no segundo semestre deste ano. A direção da APP-Sindicato aguarda agora a formalização da proposta para submetê-la à apreciação da ca-

tegoria. Até o momento, nos estudos apresentados pelo governo não estão incluídos os funcionários da educação – como defende o sindicato.

PSPN – A decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no dia 6 de abril traz impactos positivos para a reivindicação salarial dos educadores. O STF declarou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.167, ajuizada por cinco governadores que questionava a legalidade de pontos da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN). Em um dos itens, os proponentes defendiam a possibilidade de serem computadas as gratificações para se chegar ao valor do piso. Com



Flávio Arns apresenta proposta inicial para equiparação salarial

a derrota da ADI, qualquer gratificação fica desconsiderada para cálculo do piso. Desta forma, aqui no Paraná

será necessária a implementação de 9,51% sobre o salário base, para se alcançar o piso nacional.

Categoria lança campanha salarial 2011 e atualiza pauta de reivindicação

Reunidos em Assembleia, educadores de todo estado definiram próximos passos de organização da luta da categoria

Mais de 700 educadores de todas as regiões do Estado definiram no último dia 26 os rumos de organização da categoria para o próximo período. Com o lema “Equiparação é dívida com a educação” os presentes à Assembleia Estadual, realizada na Sociedade Morgenau, em Curitiba, aprovaram a campanha salarial 2011 para cobrar do governo a promessa feita pelo candidato Beto Richa durante campanha eleitoral, de equiparação salarial dos educadores às demais carreiras de nível superior.

Além da equiparação, a campanha priorizará os seguintes pontos: cumprimento da data-base, melhoria das condições de trabalho e saúde dos educadores, implementação da Lei do Piso Salarial Nacional, a isenção previdenciária aos aposentados, a redução do número de estudantes por turma, concursos públicos e o reconhecimento das titulações de mestrado e doutorado, na carreira dos professores e do ensino superior para o agente educacional I, e da pós-graduação, para o agente educacional II. Tais temas já estão sendo debatidos com o governo atual.

A campanha salarial da APP teve seu pré-lançamento durante as atividades referentes ao Dia Internacional da Mulher. Há tempo os educadores vêm associando a falta de valorização da profissão ao fato de a categoria ser composta hoje por uma maioria feminina, já que a discriminação à mulher é um dado estrutural da sociedade.

De março a agosto estão previstas várias atividades para a campanha da APP. Além dos materiais que estão sendo encaminhados para as escolas, a campanha prevê um intenso calendário de mobilização. Veja abaixo o cronograma de atividades aprovado no último dia 26.



Momento de votação durante assembleia

Foto: Valnísia Mangueira

Prestação de Contas - Antes de definir a organização das lutas da categoria, os educadores participaram da Assembleia Ordinária da entidade para apreciar o Balanço Patrimonial, a Prestação de Contas 2010, o relatório das Atividades Políticas e o Plano Orçamentário 2011. De forma transparente, cada participante teve a oportunidade de acompanhar e tirar qualquer dúvida sobre a prestação. E, mais uma vez, as contas da APP foram aprovadas pela ampla maioria dos presentes. Segundo o secretário de Finanças da APP-Sindicato, Miguel Baez, esta é mais uma forma de demonstrar a força da nossa categoria. “A boa administração dos recursos na sede estadual e nos núcleos sindicais fortalece a autonomia e independência do nosso sindicato”.

Outras deliberações da assembleia - A categoria também referendou na Assembleia a substituição do nome do Professor Lemos (agora deputado estadual) pelo professor Hermes Leão na direção estadual. Leão, oriundo do Núcleo Sindical de Apucarana, assume a Secretaria de Política Sindical da APP-Sindicato. Os presentes também aprovaram a indicação dos nomes de Osvaldo Araújo e Cláudia Gruber, ambos de Curitiba para representar a categoria no Conselho Estadual do Magistério. Como suplentes foram indicados os nomes de Elvira Maria Isabel Jaroskevicz e Ciro Ellenberger. Definiu-se também a data do Congresso Estadual da APP-Sindicato. Acontecerá de 2 a 4 de dezembro.

Participe da Campanha salarial 2011!

Grave vídeos curtos (de, no máximo, dois minutos) com depoimentos ou imagens de sua escola para publicarmos no Portal da APP-Sindicato.

Pauta de reivindicações 2011 aprovada em Assembleia

1. Equiparação dos salários dos professores e funcionários com os agentes profissionais
2. Aplicação da lei que garante a data-base aos trabalhadores em 1º de maio
3. Respeito à Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN)
4. Pagamento do auxílio transporte e período noturno aos funcionários
5. Aumento do valor e da abrangência do auxílio-alimentação
6. Direitos trabalhistas aos contratados pelo Regime PSS
7. Atendimento de qualidade à saúde dos trabalhadores
8. Diminuição do número de alunos/as por turma
9. Ampliação da hora-atividade
10. Porte de Escola
11. Manutenção da isenção previdenciária aos aposentados
12. Manutenção da alíquota previdenciária de 10% para o pessoal da ativa
13. Substituição dos Funcionários e Pedagogos
14. Melhoria da infra-estrutura e segurança de trabalho
15. Concursos públicos que supram as necessidades reais das escolas
16. Cargo de 40 horas
17. Regulamentação da gratificação e da licença para estudos de pós-graduação
18. Reconhecimento da graduação e mestrado para funcionários
19. Implantação de avanço para os professores que concluíram especialização
20. Enquadramento para o nível II de todos os aposentados que estavam no PE-5 em 25 de abril de 1996
21. Enquadramento para o nível III da carreira

22. Enquadramento correto dos funcionários de escolas aposentados
23. Implementação da hora-aula para professores, pedagogas, como estabelece o Plano de Carreira dos professores
24. Garantia de hora-aula para professores da Educação Especial e Professores Intérpretes
25. Assegurar os direitos aos professores readaptados
26. Concurso de remoção
27. Ampliação da Lei n.º 106/04
28. Reconhecimento do tempo de serviço da ParanaEducação
29. Garantia da redução de 50% da jornada ao servidor público responsável por pessoa com deficiência
30. Garantia de cotas para afrodescendentes em concursos públicos, preservando a aplicação do percentual em todas as vagas ofertadas durante prazo de vigência do concurso
31. Lei do Sistema Estadual de Ensino
32. Garantia de formação continuada para professores e funcionários por meio de universidades públicas
33. Implementação dos cursos de profissionalização de funcionários
34. Recesso escolar também para os funcionários de escola
35. ParanaPrevidência pública e democratizada
36. Manter o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal como instituições para o pagamento de salários
37. Ensino Fundamental de nove anos

Calendário de mobilização

ABRIL

- Até 26/04 - Assembleias Regionais
- 11 a 20/04 - Plenárias Regionais do Fórum dos Servidores
- 25 a 29/04 - 12ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Escola Pública - CNTE
- 26/04 - Debate nas Escolas sobre a Campanha Salarial
- 29 e 30/04 - Plenária Estadual do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública

MAIO

- 01/05 - Dia do Trabalhador
- 11/05 - Paralisação Nacional pelo PSPN (CNTE) - No Paraná, a paralisação será antecipada para o dia 26 de abril caso não se confirme o pagamento da data-base.

Direção sindical atenta às ações do novo governo na educação

Diretoria da APP questionou ações da nova administração, como a distribuição de aulas PSS e a junção de turmas e tem estabelecido um cronograma de reuniões para tratar da pauta da categoria

Desde o início do ano a direção da APP tem acompanhado passo a passo as ações implementadas pelo governo Beto Richa, questionando-as quando necessárias, e, ao mesmo tempo, tem debatido com o governo as principais reivindicações dos educadores. Já antes do ano letivo, o sindicato precisou convocar mobilização em frente à Secretaria de Estado da Educação (Seed), no dia 28 de janeiro, e ingressar na Justiça em virtude dos problemas ocorridos no processo de distribuição de aulas para os educadores do regime PSS. A intransigência do governo naquela situação fez com que vários educadores que atuavam nas escolas há alguns anos iniciassem o ano desempregados.

A APP também cobrou do governo a distribuição das aulas para os coordenadores de curso, os projetos especiais, como o Viva Escola e as salas de apoio. Além de atuar para a manutenção de, ao menos, o mesmo número de funcionários da educação do ano anterior. Outro tema que ocupou o debate de início do ano foi o erro na classificação dos professores com cargo de 40 horas para efeito de distribuição das aulas.

Negociações – Para melhor encaminhar o conjunto da pauta da categoria, governo e sindicato estabeleceram no dia 18 de fevereiro um cronograma de reuniões para tratar das demandas da educação. Nas reuniões, têm participado o secretário de Educação, Flávio Arns, e toda a sua equipe dirigente; e a comissão de negociação da APP, Marlei Fernandes (presidenta), Luiz Carlos Paixão (diretor de Imprensa), Edilson de Paula (diretor de Municipais), Miguel Baez (diretor de Finanças), Isabel Zöllner (diretora de Formação) e José Valdino de Moraes (diretor de Funcionários).

Veja alguns temas debatidos com o governo:

PSS – Além de acompanhar o processo de distribuição de aulas, o sindicato reivindicou do governo os pagamentos em folha complementar daqueles que ficaram sem salário nos primeiros meses do ano. Houve uma folha complementar no dia 28 de março e outra no dia 7 de abril. A APP também propõe a alteração da Lei Complementar nº 106, que trata dos contratos temporários no Estado. O objetivo é que ela inclua direitos aos trabalhadores PSS, entre os quais o pagamento pela maior titulação acadêmica.

Contra-cheque – Os contra-cheques dos PSS serão disponibilizados no Portal da Seed.

Concursos públicos – Neste mês serão

convocados para apresentação de títulos 17 mil candidatos para o preenchimento de 6.438 vagas. Em relação aos funcionários, em fevereiro foram convocados mais de 3 mil agentes educacionais I para exames médicos. Outros 2.500 aguardam homologação dos exames médicos. Vagas – A APP tem questionado a organização das vagas existentes. A entidade defende que se faça um mapeamento real das vagas a fim de orientar a convocação e nomeação dos aprovados.

O sindicato também vem reivindicando a implementação correta da reserva de vagas de 10% para afrodescendentes. Atualmente este percentual tem sido aplicado somente nas vagas previstas no edital de abertura dos concursos.

Cargo de 40 horas – O governo assumiu o compromisso de corrigir a injustiça cometida com os professores optantes ao cargo de 40 horas. Estes trabalhadores tiveram prejuízos no processo de distribuição de aulas, em vista do erro na sua data de fixação. A APP também ingressou com ações na Justiça (informações na página 13). A Seed ainda se comprometeu em realizar uma nova oferta para opção ao cargo de 40 horas neste ano.

Funcionários – Além das reivindicações gerais, dois temas importantes têm ganhado prioridade no debate com o governo em relação à carreira dos funcionários: o pagamento do auxílio transporte e período noturno para todos; e o reconhecimento do ensino superior para o Agente Educacional I, e a pós-graduação para o Agente Educacional II. O governo está levantando os custos destas medidas. O sindicato também interveio no início do ano para que nenhum funcionário do QFEB que atue com um cargo de professor fosse demitido por acúmulo de cargos.

QPPE – A APP-Sindicato tem atuado para garantir que os funcionários QPPE que atuam na educação não sejam removidos para outra secretaria contra a sua própria vontade. Compromisso que foi assumido pelo secretário de Educação, Flávio Arns.

Saúde – A direção da APP levou ao governo o descontentamento com o atual modelo de atendimento à saúde dos educadores e a preocupação com o quadro de adoecimento da categoria. Para tanto, já iniciou o debate acerca da necessidade



Direção da APP em reunião com secretário de educação

de ampliação da hora-atividade e a melhoria das condições de trabalho de professores e funcionários. (Mais informações pg. 11)

Previdência – A APP-Sindicato defende a manutenção da isenção previdenciária aos aposentados e a não ampliação da alíquota de contribuição para servidores da ativa. O tema foi levado aos secretários de Educação e da Administração. Segundo o governo, não está prevista nenhuma alteração no momento na regulamentação da Paraná-Previdência; também foi assegurado que qualquer mudança será debatida antes com os sindicatos.

Licenças especiais – A direção sindical debateu o tema por várias vezes com o governo para garantir o direito dos educadores a este benefício. O Grupo de Recursos Humanos da Seed (GRHS-Seed) publicou no último dia 04 de abril a orientação 01/2011 (também disponível no Portal da APP) regulamentando os procedimentos para a licença.

Pagamento das promoções e progressões – De acordo com a Seed, o pagamento das promoções e progressões atrasadas aguardam parecer das secretarias de fazenda e administração. São devidos 11 milhões para professores e sete milhões para os funcionários.

Substituição de funcionários e pedagogos – Desde o dia 04 está em vigor o atendimento a este direito. A Seed publicou uma Orientação específica sobre os procedimentos (disponível também no Portal da APP).

Outros itens – A APP já iniciou debates e pretende avançar nas próximas reuniões em outros temas importantes para os educadores como o PDE, o PróFuncionário, eleição de diretores e o porte das escolas. Em relação ao PDE, o governo confirmou que irá efetuar o processo de seleção no segundo semestre. A nova turma começará os trabalhos no início de 2012.

Publicados novos decretos de nomeação para funcionários da educação

De 2005 até agora já foram nomeados quase 20 mil funcionários concursados

O governo do Estado publicou os decretos nº 1036 e 1037 - de nomeação para os cargos de Agentes Educacionais I e II. Também foram divulgadas informações sobre a posse dos novos servidores, que estão entre os aprovados nos concursos de 2005 e 2006. De acordo com os decretos, datados de 1º de abril, os novos funcionários farão parte do Quadro dos Funcionários da Educação Básica (QFEB).

Segundo o secretário de Funcionários da APP-Sindicato, Valdivino de Moraes, a nomeação, além de ser mais uma conquista da APP e incluir os novos funcionários no QFEB, possibilita a valorização deles por meio do acesso à carreira. "É mais um grupo de funcionários que já trabalhava nas escolas, dedicando uma parte de sua vida à educação, mas com contratos precários. Agora, através desses decretos, serão incluídos definitivamente no quadro de carreira da Educação do Paraná e irão desenvolver seu trabalho com muito mais qualidade, além de avançarem no processo de profissionalização. A APP sempre defendeu a realização de concursos públicos. E essa política faz o Paraná se diferenciar de muitos Estados e municípios, que - em sua maioria - continuam ter-



Foto: Valnísia Mangueira

ceirizando ou precarizando contratos", destacou.

A APP-Sindicato destaca que as nomeações acontecerão de acordo com o calendário de cada Núcleo Regional de Educação (NRE) e já começam nesta semana, por isto todos os funcionários que os nomes constem nos Decretos devem acompanhar o site dos NRE para o qual prestou concurso.

Permanência de funcionários QPPEs nas escolas – Assunto debatido nas audiências com a Seed, a direção da APP orienta os 1.300 funcionários da Educação que optaram em permanecer no Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE) a não assinarem nenhum documento

autorizando a própria mudança para outra secretaria.

Segundo a APP, não existe impedimento legal para a permanência destes trabalhadores na Educação.

Reunião do Coletivo de Funcionários – A primeira reunião do Coletivo de Funcionários Estadual da APP-Sindicato aconteceu nos dias 18 e 19 de março. A atividade teve por finalidade incentivar a organização, bem como discutir os temas que vão pautar a luta em 2011. Além do debate, o coletivo tomará decisões sobre um tema dos mais importantes para o segmento no Estado: as mudanças no plano de carreira dos funcionários da Educação Básica. De acordo com o secretário Valdivino, há pontos pendentes

no plano aprovado em 2008, pois a própria legislação nacional, que avançava no sentido da profissionalização, ainda não estava consolidada à época. Ele cita como exemplo a Resolução nº 5/2005, que criou as diretrizes nacionais da carreira. Outros pontos são a criação do nível superior para o Educacional I e a pós-graduação para o Educacional II.

Concursos públicos - No encontro, os integrantes do Coletivo também debatem como deverão ser formatados os próximos concursos públicos para os funcionários de escola, em vista da aprovação da Resolução que define as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira dos Funcionários da Educação Escolar Básica Pública.

Funcionários - balanço concursos públicos 2006/2005

Agente Educacional II (Administrativo)/ Concurso 2005 – 10.657 nomeados.

Agente Educacional I (Apoio)/ Concurso 2006 - 8.290 nomeados.

APP e comunidade criticam junção de turmas



Foto: NS Metropolitano Sul

Categoria e comunidade escolar demonstraram contrariedade à medida do governo de junção de turmas. Em muitos casos, a medida trouxe superlotação de salas dificultando o trabalho dos educadores. A Seed se comprometeu em não fechar nenhuma turma sem o aval da direção da escola.

Deputados da base governista mantêm veto à redução do número de alunos por turma

Logo no início dos trabalhos, em 14 de fevereiro, a Assembleia Legislativa apreciou o veto do governo anterior ao Projeto de Lei nº 486/2005, de autoria da deputada Luciana Rafagnin (PT) que instituía um número limite de estudantes por turma. A maioria dos deputados votou pela manutenção do veto. Apenas 14 parlamentares votaram pela derrubada do veto e a favor dos educadores: André Bueno (PDT), Antonio Anibelli Neto (PMDB), Enio Verri (PT), Marla Tureck (PSC), Nelson Luersen (PDT), Edson Praczyk (PRB), Péricles de Mello (PT), Professor Lemos (PT), Rasca Rodrigues (PV), Tadeu Veneri (PT), Teruo Kato (PMDB), Toninho Wandscheer (PT), Waldyr Pugliesi (PMDB), além da própria deputada Luciana. O deputado Profes-

sor Lemos fez um apelo aos parlamentares para a importância do projeto, mas a maioria seguiu a orientação do governo.

Veto ao PL 301/09 – No último dia 06/04, a Assembleia Legislativa manteve o veto do governo ao projeto de lei de autoria do deputado Professor Lemos (PT) que, ao alterar a lei de cotas para afrodescendentes nos concursos públicos do Paraná, garantiria a aplicação da reserva de 10% das vagas para afrodescendentes ao longo de toda a vigência do processo seletivo. Durante a votação, 23 dos 44 deputados presentes foram favoráveis ao veto do governo anterior – que argumentava que a proposta era inconstitucional. Vinte deputados votaram pela queda do veto e um se absteve.

Dieese confirma: governo tem como bancar equiparação

Em entrevista ao 30 de Agosto, o supervisor técnico do Dieese, Cid Cordeiro, diz que governo tem como cumprir promessa de campanha

A análise do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) tem sido uma aliada importante nas negociações entre os trabalhadores em educação e governo do Estado. Para este ano, o supervisor técnico da entidade, o economista Cid Cordeiro, antevê um crescimento considerável na Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado e, com isso, a possibilidade do cumprimento da promessa de campanha do atual governador: a equiparação salarial para os educadores paranaenses. Veja, abaixo, a entrevista.

30 de Agosto - Qual a sua avaliação sobre as contas do Estado neste início de nova gestão?

Cid Cordeiro - Ao contrário do que o governo tem afirmado, de que a situação das finanças do Paraná é difícil, tenho observado pelos números revelados até agora que as finanças estão muito bem. Isto porque houve uma redução grande de gastos, tanto por conta do choque de gestão, como também devido à contenção de despesas que o governo fez, fechando, de fato, as torneiras dos gastos. Com o tempo, parte dos gastos economizados agora serão retomados. O que tem é contingenciamento. Temos despesas que foram postergadas, mas, enfim, é um resultado que impacta no caixa do governo. Agora, para mim, o importante é o comportamento da receita, que está muito bem. Prova é que a receita do Paraná, no bimestre, cresceu 16%. Tem um impacto aí do IPVA, pois ocorreu um erro da Secretaria da Fazenda, no ano passado, quando eles não emitiram o boleto de cobrança, e, agora, a cobrança foi realizada. Assim, o fator IPVA pesou positivamente. Mas mesmo tirando isso, a receita está em um crescimento acima do esperado pelo governo e do estimado por mim também.

30 de Agosto - Quanto você estimava e quanto o governo esperava?

Cid Cordeiro - O governo estimou um crescimento de 8%. Eu trabalhei com 10%. Então, esse crescimento da receita, em um nível de 16% (como anunciado no início de abril), e essa contenção de gasto que foi realizada, revelam um grande saldo de caixa nos dois primeiros meses do governo.

30 de Agosto - A dificuldade de ter acesso aos dados e o fato de o governo sempre subestimar o que vai entrar são problemas notórios em todas as gestões, não é mesmo?

Cid Cordeiro - Até o final de março, tínhamos um apagão da transparência das contas públicas. Qualquer cidadão paranaense que entrasse no site de Transparência Pública não conseguia acessar as contas completas do ano. Estavam atrasados. E essa prática de calcular para menos é o que vem ocorrendo no Paraná nos últimos anos, e continua. Entendo até que o governo seja conservador nas suas projeções, porque um erro de receita ou de gasto pode comprometer toda uma administração. Tem implicações fiscais e legais. Mas as diferenças que temos apontado entre as nossas estimativas, e a do governo, são diferenças que não levam à uma inconsequência de gastos, de superestimar a receita ou despesa. É trazer de uma projeção conservadora para uma projeção realista.

30 de Agosto - E este bom desempenho, como ele afeta a luta dos educadores e trabalhadores no Paraná?

Cid Cordeiro - Este ano, temos um desafio grande. Primeiro, com um diagnóstico que o governo faz, de que as finanças estão mal (quando na verdade não estão), se cria uma restrição às decisões de gastos. Depois, a data-base não está prevista no Orçamento de 2011. E, por fim, a luta da APP pela equiparação. Até agora o governo não apresentou uma proposta definitiva do resgate desse compromisso. Então, são três aspectos importantes que vão definir o resultado da luta desse ano. Os servidores esperam, e o Fórum das Entidades Sindicais tem buscado isso, receber o que é de direito: o reajuste da data-base, que é a reposição da inflação dos últimos doze meses. E, na minha avaliação, há condições fiscais e financeiras para o governo pagar este índice, que está no patamar de 6%. Com relação à equiparação que a APP tem negociado com o Estado, temos feito a seguinte leitura para o governo: há condições financeiras, sim, de negociar. Então, aguardamos uma mani-



Foto: Nani Gois (Alep)

Governo tem grande saldo de caixa

festação definitiva, pois já apresentamos todos os números, condições e possibilidades para que o Estado cumpra sua parte.

30 de Agosto - Quais são os números que você já encaminhou ao governo para corroborar a concretização da equiparação, pois o governo já saiu com uma proposta de parcelar em quatro vezes.

Cid Cordeiro - O primeiro número que apresentamos foi que o gasto com pessoal, em 2010, encerrou com um comprometimento abaixo do limite prudencial, que é de 46,55%. No ano passado, este gasto comprometeu 46% da receita Corrente Líquida. E o governo vinha afirmando que encerraria o ano comprometendo 49%. Por isso eles não colocaram, no Orçamento, o reajuste dos servidores. Então, provamos isto, que o gasto com pessoal no Paraná, hoje, está abaixo do limite prudencial. O segundo número que apresentamos foi que com o desempenho estimado da Receita deste ano, no patamar de 10 a 12%, e o reajuste salarial que o governo terá que dar com a data-base, o gasto com pessoal também deve encerrar o ano abaixo do limite prudencial, em um patamar que, estimo, chegue de 45,50% a 46% da RCL. O terceiro número que apresentamos foi que fechando neste patamar, de fato o governo não consegue atender a equiparação de uma vez só. Mas permite iniciar o parcelamento dessa dívida, compromisso assumido na campanha eleitoral. Então, apresentamos simulações desse parcelamento em duas, três e quatro vezes. Também mostramos estes números do primeiro bimestre ao governo, que a receita está crescendo em um patamar de 16%. Dando, aí, uma segurança de que as projeções que estamos trabalhando – que são de 10% a 12% – são realistas. Então, enfim, foram estes números apresentados na mesa de negociação.

STF declara Lei do Piso Nacional constitucional

Em votação histórica para a educação, ministros declararam improcedente a ADI 4.167

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.167, ajuizada por cinco governadores - em outubro de 2008 -, que contestava a legalidade da Lei 11.738/2008 (Piso Profissional Salarial Nacional - PSPN) foi derrotada no Supremo Tribunal Federal (STF). Após seis horas de julgamento, a maioria dos ministros analisou o mérito da ação e por 8 votos a 1, a lei que criou o piso nacional de salário do professor, fixado em R\$ 1.187,97 para este ano, foi declarada constitucional.

Na sessão, inicialmente os advogados das partes discursaram a favor e contra a Ação. Em seguida, o ministro relator Joaquim Barbosa proferiu voto e considerou a ADI improcedente. Seguiram com o relator os ministros Luis Fux, Ricardo Lewandowski, Celso de Melo e Ayres Britto. Em favor dos governadores, votaram os ministros Gilmar Mendes

e Marco Aurélio. As ministras Ellen Gracie e Carmen Lúcia votaram pela improcedência parcial da Ação.

Para a presidenta da APP a decisão do STF é uma conquista dos educadores de todo o Brasil. É a consolidação de uma luta histórica, que vem fortalecer e qualificar a educação básica pública. Ela lembrou que, no Paraná, a APP vinha negociando com o governo - e inclusive protocolou um documento - a exclusão do Estado da Ação de Inconstitucionalidade, a exemplo do que

fez o governo do Rio Grande do Sul.

Lei do Piso na íntegra - O secretário de Municipais da APP, Edilson de Paula, lembra que com a queda da ADI o piso original (fixado em R\$ 1.187,97) ficou mantido como vencimento. E ressalta que o valor do piso deve ser aplicado no início da tabela de vencimento. “Dessa forma estará sendo mantida a estrutura da tabela existente na vertical e na horizontal, evitando o achatamento das carreiras”, destacou Edilson.

O secretário também salientou que caso o cumprimento da carreira não fosse observado o piso tornaria teto e a carreira desapareceria. “Nosso desafio a partir de agora é garantir que todos os municípios e estados apliquem a lei da forma correta e definida pelo STF. A secretaria de Municipais trabalha diretamente com mais de 130 municípios e acompanhará de perto a correção e a aplicação da Lei do Piso na íntegra”, observou.

Mobilização Pró-PSPN - Para o secretário da APP e diretor executivo da CNTE Valdivino, os educadores, das redes estadual e municipal devem se mobilizar para lutar pela total implementação do Piso. Por isso é fundamental que no dia 11 de maio, data marcada para a paralisação, os trabalhadores integrem a atividade e coloquem uma faixa na entrada de



Diretores da APP acompanham o julgamento. Na foto, Ludimar e Ana Denise (SISMMAC), Marlei, Valdivino e Antônio Marcos (APP).

cada município onde a lei do piso não está sendo cumprida. “É importante que eles se dirijam às sedes do Executivo municipal ou estadual e solicitem a imediata implementação da lei”, explicou.

Sancionada pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva em 17 de julho de 2008, a Lei 11.738/2008 estabeleceu que nenhum professor da rede pública pode receber menos que o piso nacional para uma carga horária de até 40 horas semanais. A Lei do piso foi questionada por meio da ADI por governadores de cinco estados - Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Ceará.

Gratificações - Um dos itens questionado pela Ação Direta de Inconstitucionalidade era a base de cálculo para chegar ao valor do Piso. Os impetrantes da ação defendiam que gratificações fossem utilizadas para compor o valor do PSPN. Aqui no Pa-

raná, por exemplo se poderia utilizar o auxílio transporte como parte integrante do Piso. O Supremo derrubou esta tese. Estados e municípios devem retirar do cálculo qualquer tipo de gratificação.

Hora-atividade - A destinação de um terço da jornada para a hora-atividade também questionada pela ADI ainda está indefinida. Apesar de no dia 06 o STF ter declarado a constitucionalidade integral da Lei do Piso, no dia seguinte definiu que o tema voltará a ser debatido na corte. Neste item o julgamento foi encerrado com 5 votos a favor da constitucionalidade e 4 contrários. Segundo entendimento da maioria do STF seriam necessários 6 votos para a declaração da constitucionalidade. Desta forma, segundo o STF será necessário os votos dos Ministros que não participaram do julgamento o ADI. A data ainda não foi marcada.

Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública debaterá o PNE

A 30ª sessão do Fórum será realizada em Curitiba nos dias 29 e 30 de abril

O Plano Nacional de Educação (PNE) fará parte das discussões da 30ª Sessão Plenária Fórum Paranaense em Defesa da Escola. A atividade, que será realizada nos dias 29 e 30 de abril, acontecerá em Curitiba, na Sociedade Morguenau (Av. Sen. Souza Naves, 945). O Fórum reúne representantes

de diversas entidades e estas debaterão o Projeto de Lei nº8035/2010 (proposta do PNE) que está tramitando no Congresso Nacional.

A APP-Sindicato e outras entidades integrantes do Fórum debaterão nos dois dias de atividade as emendas ao PNE que foram propostas

pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

A construção do PNE foi fruto das discussões das Conferências Municipais e Estaduais de Educação, bem como da Conferência Nacional de Educação (CONAE), que foi realizada em 2009.



Programa de formação sindical une teoria à prática

Primeira etapa do curso anual traz reflexões sobre política e teorias pedagógicas



Professores e funcionários da educação de todo o Estado participaram do Curso de Formação Político-Sindical, promovido pela APP-sindicato em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), nos dias 08 e 09 de abril, em Curitiba.

Esta é a primeira etapa de 2011, que tem como temas “A macropolítica e sua relação com a escola: Análise da conjuntura das Políticas Educacionais do Paraná” e “As concepções ideológicas, teóricas e pedagógicas da sociedade, da escola e seu impacto na gestão do Estado”.

Neste ano, o assunto avança para a formação de dirigentes através do conhecimento sobre as relações entre sociedade e escola. É uma continuação do foco de 2010 – formação de consciência. O curso já acontece há cinco anos.

Rose Meri Trojan, coordenadora do Centro de Assessoramento Pedagógico do Setor de Educação da UFPR, afirma que a parceria entre academia e sindicato é fundamental, pois é uma forma de “devolver à sociedade o privilégio de estarmos em uma universidade”. Segundo ela, todos os estudos de macro e micro política feitos durante o curso, servem para definir como se chega a uma escola

de qualidade.

Para Isabel Zöllner, secretária de Formação da APP, o objetivo do evento é “estudar a escola que temos e definir a escola que queremos”. Para isso, é importante analisar as políticas educacionais no estado e revisar teorias e tendências pedagógicas que se aplicam de forma prática nas escolas.

Maria Rosa Chaves Künzle, doutora em Educação, foi convidada para ser palestrante. No primeiro dia de atividade, fez uma análise histórica da escola pública no Brasil, e no sábado, explicou sobre as grandes correntes pedagógicas e suas relações com a sociedade.

A preocupação dos envolvidos é aliar as análises políticas e concepções pedagógicas com a realidade das escolas. Por isso, o curso conta com a participação de professores e funcionários de educação de todo o Paraná. Dirigentes sindicais de todos os 29 núcleos são responsáveis por reproduzir o conteúdo nas regionais. Eles voltam para suas cidades com a tarefa de pesquisar nas escolas quais são os problemas enfrentados por educadores, levando em consideração a relação entre estado, sindicato, comunidade, colegas de trabalho e alunos.



Foto: Denise Soares

No ano passado, pôde-se perceber bons resultados vindos do curso. Houve um grande diálogo entre escolas e outros segmentos como Conselho Tutelar, Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente, Ministério Público e outros, no debate sobre a violência na escola.

Além disso, os cursistas participaram ativamente da disputa de projeto no Estado e no país. A articulação da Formação com a V Conferência Estadual de Educação resultou no conjunto de políticas educacionais proposto ao governo do Estado em debate com a participação de todos os então candidatos durante as eleições, demons-

trando ativamente a prática proposta durante as reflexões de todo o ano.

A próxima etapa está prevista para julho, com o tema: “Formação do dirigente e a gestão democrática. Elabora-ções e concepções teóricas e pedagógicas para a sociedade e a escola, segundo Gramsci e Paulo Freire”.

A terceira etapa, em agosto, trará em discussão “O modernismo e o pós-modernismo no contexto do mundo do trabalho e da educação”. Após muitas reflexões e busca de soluções para a melhoria da qualidade da educação no Brasil, a última etapa consiste no Congresso Regional e Estadual da APP-Sindicato.

Eleja os representantes da sua escola!

Além de propor e debater os rumos da entidade, os representantes eleitos também participam dos Conselhos Regionais

Todos os anos a APP-Sindicato lança a campanha de eleição dos representantes de escola, que tem como objetivo escolher os educadores (professores ou funcionários) - em cada instituição da rede - que assumirão o papel de “elo” entre escola e entidade. A campanha de 2011 já está nas escolas. Agora, cabe aos trabalhadores em educação a tarefa de apontar aqueles que deverão acompanhar de perto as demandas dos seus locais de atuação e ajudar a transformá-las em ações da APP.

“O representante é o elo mais for-

te e fundamental do sindicato. Sua função é a de ligar a categoria e a comunidade escolar ao sindicato, trazendo para junto deste as preocupações e os anseios da escola, definindo, assim, os rumos da ação sindical, fortalecendo a construção da escola pública, gratuita, laica e de qualidade”, explica o secretário estadual de Organização da APP, professor José Ricardo Donatti Corrêa.

De acordo com ele, os representantes devem promover os debates sobre os temas de interesse da categoria. O resultado destas discussões

e propostas, são encaminhadas ao Conselho Regional da APP, onde os assuntos são revistos com os demais representantes e, por fim, é definida a linha de ação dos núcleos sindicais. “Isto expressa a democracia interna da APP-Sindicato, pois são os educadores organizados, a partir da escola, que definem e apontam os caminhos a serem seguidos”, destaca José Ricardo.

Neste ano já foram realizadas reuniões do Conselho Regional em oito (8) núcleos Sindicais. A Secretaria Estadual de Organização em conjunto

com os Núcleos Sindicais busca realizar as reuniões do Conselho Regional em todos os vinte e nove (29) Núcleos Sindicais da APP-Sindicato.

Eleição - O processo eleitoral dos representantes e suplentes é coordenado pelas diretorias regionais do sindicato. As eleições são convocadas a partir de fevereiro e devem ser realizadas no próprio local de trabalho, registrada em ata fornecida pelo núcleo sindical. Acesse o site da APP (www.appindicato.org.br), na seção “Fique de Olho”, em OLT, e veja os materiais da eleição deste ano.

Fortalecimento da categoria através de novas sindicalizações é meta de campanha

Campanha pretende alcançar o número de 70 mil sindicalizados

A nova campanha de sindicalização da APP-Sindicato foi lançada oficialmente no Conselho Estadual da entidade, realizado no final de março. Este ano, o lema que aparece nos materiais é: 'Nós temos compromisso com a educação! Para continuar conquistando, sindicalize-se!'. A secretária estadual da pasta, professora Madalena Ames, explica que o objetivo é avançar ainda mais no número de trabalhadores em educação sindicalizados.

"Não se trata de uma questão de números ou arrecadação. Atrair mais sindicalizados é uma questão política, pois cada novo sindicalizado representa o aumento da força do nosso sindicato", analisa. Segundo ela, a campanha do ano passado foi muito positiva. "Todos os núcleos sindicais assumiram o compromisso de superar os 60 mil sindicalizados e nós conseguimos. Aliás, já ultrapassamos os 61 mil. Mas a expectativa é chegar aos 70 mil", informa.

Para ajudar a concretizar esta meta, será realizado, em breve, um seminário que reunirá todas as secretarias de Sindicalização da APP. Além disso, os núcleos estão, sob a coordena-

ção da Secretaria Estadual de Sindicalizados, realizando um levantamento das demandas locais. "Só assim poderemos estabelecer os alvos que pretendemos alcançar", destaca Madalena. Entre as ações de sindicalização previstas estão a distribuição de cartilhas, folders e camisetas da campanha.

"Também teremos agentes de sindicalização, cadastrados pelos nossos núcleos sindicais, visitando os locais de trabalho. Ademais, os representantes de escola, que também podem ser agentes de sindicalização, poderão executar esta tarefa. Para isto os interessados devem procurar os responsáveis pela Secretaria de Sindicalização nos núcleos da APP", diz Madalena. Para saber mais sobre a campanha, basta acessar o site do sindicato (www.appsindicato.org.br), na seção 'Campanhas', listado no menu principal (lado esquerdo da página).

:: Interessados em trabalhar como agentes de sindicalização devem procurar núcleos da APP.



Educadores aposentados organizam a luta para 2011

Isenção da contribuição previdenciária, enquadramento no nível PG-7 e assistência à saúde serão principais bandeiras do ano

Durante dois dias – 29 e 30 de março – o Coletivo Estadual de Aposentados da APP-Sindicato se reuniu, em Curitiba, para fazer um balanço do trabalho realizado em 2010 e, também, para planejar as ações deste segmento da categoria para 2011. O encontro, na avaliação da secretária estadual de Aposentados, professora Tomiko Kiyoku Falleiros, foi o momento de traçar as estratégias de luta.

"Após fazer o planejamento, e discutir as demandas no âmbito da Secretaria de Aposentados, estruturamos as ações para que possamos trabalhar estas temáticas com a nossa base, que representa 43% dos sindicalizados da APP", destacou Tomiko, lembrando que este é o terceiro ano em que a reunião de planejamento estadual acontece.

No primeiro dia de atividade, os participantes falaram sobre os precatórios; sobre o andamento da ação da APP que postula o reenquadramento dos aposentados (que estavam no último nível da carreira, o PG-7) no Nível III; sobre o atendimento à saúde prestados pelo Estado aos servidores aposentados; a respeito da reformulação da ParanáPrevidência (e o possível fim da isenção pre-

videnciária dos aposentados), bem como sobre a isonomia com os educadores da ativa.

"À tarde, participamos de uma sessão especial do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso, para uma interlocução com os conselheiros estaduais. Esta conversa foi importante porque muitos dos nossos aposentados fazem parte dos conselhos municipais. Então, foi importante tomar conhecimento a respeito do Estatuto do Idoso, do Fundo Estadual do Idoso, que já é uma lei, e de como atuar eficientemente nos conselhos municipais", avaliou a secretária estadual de Aposentados.

Balanço e encaminhamentos – O segundo dia de atividades foi destinado a realização de um

balanço dos trabalhos realizados pelas secretarias de Aposentados da APP em 2010 e, por fim, para retirar os encaminhamentos para as ações nos núcleos.

O grupo avaliou a realização do 8º Encontro dos Trabalhadores Aposentados, que aconteceu ano passado em Recife (PE), de onde foram retiradas as reivindicações dos aposentados levadas ao 31º Congresso Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Além disso, localmente, os participantes do Coletivo avaliaram o Encontro Estadual dos Aposentados, realizado em outubro do ano passado, e os encontros regionais promovidos em seguida.

Para este ano, os aposentados já têm metas. "Vamos estudar o enquadramento dos aposentados (PG-7); pagamento dos precatórios conforme a Emenda Constitucional 62, de dezembro de 2009, o Decreto Judiciário e Resolução Tribunal de Justiça do Paraná, subsequentes; a manutenção da isenção da contribuição previdenciária, bem como medidas para garantir um atendimento de qualidade aos idosos, que têm uma saúde, naturalmente, mais frágil", aponta Tomiko.



Professora Tomiko, secretária estadual de aposentados, coordenou os trabalhos

Foto: Valinísia Mangueira

Seminário discute problemas de saúde de educadores

Evento serviu para lançar o “Caderno de Saúde do Trabalhador da Educação”

Os 100 mil trabalhadores da educação do Paraná estão continuamente sujeitos a fatores de adoecimento em razão de sua atividade, contudo mudanças na infraestrutura das escolas e no número de alunos por sala, a ampliação da hora-atividade e, sobretudo, a adoção de um sistema de qualidade no atendimento à saúde do servidor podem mudar sensivelmente este quadro. Estas foram conclusões do I Seminário Estadual de Saúde do Trabalhador em Educação, realizado no dia 1º de abril pela APP-Sindicato, no Hotel Centro Europeu, em Curitiba.

O evento também foi palco de lançamento do “Caderno de Saúde do

Trabalhador da Educação”, elaborado pela Secretaria de Saúde e Previdência da APP-Sindicato, e que será distribuído às escolas para servir de fonte de informação sobre prevenção de doenças e necessidade de encaminhamento a profissionais especializados.

Na palestra de abertura do evento, o professor Wanderley Codo, pesquisador da Universidade de Brasília (UnB), pesquisador da área de adoecimento de docentes, propôs formular um estudo sobre a situação da saúde dos trabalhadores em educação no Estado, que atualizaria sua obra “Educação: Carinho e Trabalho”, lançada há doze anos.

A APP Sindicato precisa de dados

precisos sobre o tema do adoecimento dos educadores, que sejam capazes de embasar políticas públicas de prevenção. Alguns fatores de risco, contudo, já estão suficientemente delineados. Um deles é o número excessivo de alunos por turma. No Paraná, duas propostas foram aprovadas na Assembleia estabelecendo tetos para o tamanho das turmas, no entanto, ambas foram vetadas pelo Executivo.

Segundo o secretário de Saúde e Previdência da APP, Idemar Beki, o aumento da hora-atividade (hoje em 20%) é um fator relevante na melhoria da saúde do professor. A hora-atividade contribui para a diminuição da tensão do profissional de educação que, sujeito ao natural estresse do dia-a-dia e com situações de violência por parte de alguns alunos, tende a adoecer se não tiver como desempenhar com tranquilidade suas tarefas fora de sala.

TRATAMENTO

Infraestrutura adequada das escolas e número necessário de servidores pesam ainda favoravelmente na saúde do servidor da educação, mas isto não é garantia de que professores e funcionários das instituições públicas de ensino verão atendidas suas necessidades de saúde.

O Sistema de Assistência à Saúde do servidor estadual – o SAS –,



Arte: Rodrigo A. Romani

segundo Beki, é deficiente e precisa de reformas, mas, no caso dos educadores, entre os quais há um índice mais elevado de adoecimento, especialmente por transtornos mentais e comportamentais, a situação se agrava com a falta de especialistas e de equipes multidisciplinares para atestar a necessidade de afastamento.

O contraponto a esta situação foi trazido no seminário por José Paulo Leal, gestor do Instituto de Previdência e Saúde dos Servidores do Rio Grande do Sul (IPE-Saúde), que se notabiliza pela eficiência e agilidade no atendimento aos servidores.



Foto: Vainísia Mangueira

Encontro defendeu melhorias no SAS

Governo assume compromisso com mudança no SAS

Reunidos com representantes do Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos (FES), no dia 4 de março, o superintendente do Departamento de Assistência à Saúde do Estado (DAS), José Fernan-

do Macedo, assegurou que o Sistema de Assistência à Saúde (SAS) passará por mudanças até junho.

Os servidores demandam melhoria na qualidade dos serviços do SAS e apresentaram uma pauta de doze pontos para sua alte-

ração. O modelo dos servidores tem por base o do IPE-Saúde do Rio Grande do Sul, marcado pela descentralização.

O modelo gaúcho, contudo, contempla a co-participação dos servidores. Segundo Idemar Beki,

secretário de Saúde e Previdência da APP e integrante da Comissão de Saúde do FES, o debate sobre a adoção da co-participação só ocorrerá quando sair o projeto de alteração do SAS.

Seguro joia, o que é?

Alguns trabalhadores em educação têm se deparado em seus holerites com uma dedução que não sabem do que se trata. É o seguro joia, que é descontado de todos os servidores públicos do Paraná dos Três Poderes durante o primeiro

ano de atividade.

O seguro joia funciona como uma “carência”, em período inicial, do seguro de vida obrigatório, ao qual todos os servidores são obrigados a contribuir. Após 12 meses de prestação de serviço público, o seguro joia deixa de

ser cobrado, permanecendo somente o desconto do seguro obrigatório. O seguro de vida e o seguro joia têm seu regimento legal na Lei 4766/63 e no Decreto 14.585/64.

Devido aos recorrentes pedidos de informações, o Departamento de

Assuntos Jurídicos faz este esclarecimento e informa que mais detalhes sobre o tema de seguro de vida podem ser obtidos no site da ParanáPrevidência (www.paranaprevidencia.pr.gov.br), na seção “Serviços”.

Entidades da sociedade civil defendem o Direito à Comunicação

APP e outros segmentos da sociedade civil do Paraná debatem democratização da mídia

Durante o Encontro Paranaense do Direito à Comunicação, ocorrido no salão nobre da APP-Sindicato no início do mês, integrantes de movimentos sociais, entidades, comunicadores e estudantes discutiram as linhas de atuação da Frente Paranaense pelo Direito à Comunicação e Liberdade de Expressão (Frentex-PR) para 2011.

“O debate da Frentex é importante para o país, pois defende o direito à comunicação. Vivemos um momento histórico no país; criamos a 1ª Conferência Nacional da Comunicação (Confecom), que foi o resultado de uma ampla participação da sociedade, pessoas que querem a mudança da mídia no Brasil. Queremos agora fazer valer as deliberações da Conferência”, disse a secretária de Políti-

cas Sociais da APP, Silvana Prestes, que fez a abertura do evento.

Marco Regulatório das Comunicações – A reformulação nas normas reguladoras da comunicação do país se iniciou o ano passado. Segundo a representante do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, Rachel Bragatto, uma das palestrantes do evento, as leis que regulamentam a prática do setor são antigas. “O marco regulatório da comunicação no país é de 1962. Estamos na era digital e as formas de comunicações passaram por muitas transformações, por isso a necessidade de rediscutir a legislação com ampla participação da sociedade”, enfatizou.

Banda Larga - João Paulo Mehl falou sobre o Plano Nacional de Ban-

da Larga. Para ele, a internet precisa ser tratada como um direito fundamental dos cidadãos. No entanto, é preciso criar um plano que garanta uma velocidade mínima satisfatória, além de se traçar as metas de universalização, qualidade e continuidade do serviço.

Frente Parlamentar pelo direito à Comunicação – O lançamento da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação com Participação Popular acontecerá no dia 19 de abril, às 14 horas, na Câmara dos Deputados (Auditório Nereu Ramos), em Brasília. A notícia foi dada durante o evento e, na ocasião, os parlamentares José Lemos e Tadeu Veneri também acenaram para a criação de uma frente semelhante na Assembleia Legislativa do Paraná.



Foto: Divulgação

CUT debate reforma tributária

O pagamento de impostos não é assunto para ser tratado isoladamente. Envolve a discussão entre governo, empresários e trabalhadores. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) não apóia a redução da carga tributária, por entender que ela não interessa à maioria que depende dos serviços públicos de saúde, educação, segurança, seguridade social e outros, que precisam de financiamento adequado para funcionar. A discussão do tema aconteceu durante o seminário da CUT sobre reforma tributária, ocorrido em 21 de março, em Brasília.

No painel intitulado “Tributos e Desenvolvimento: perspectivas para o trabalho e a distribuição de renda”, o professor Evilásio Salvador, da Universidade de Brasília argumentou que não seria necessário aumentar a carga tributária para que a justiça fosse feita. O que é necessário é tornar a estrutura tributária progressiva, o que quer dizer, simplesmente, alterar seu formato atual e passar a cobrar mais impostos de quem tem patrimônio e renda altos e menos de quem trabalha e tem apenas o salário como forma de sustento.

Impostos no Brasil - No Brasil, esclareceu o professor, 66% de todos os impostos são cobrados dos

trabalhadores. Há algumas razões para essa injustiça, mas Evilásio destacou em primeiro lugar o fato de que a maior parte dos impostos recai sobre o consumo – está embutida nos preços dos produtos – e apenas uma pequena parte é cobrada da renda, como aplicações financeiras e especulação, e da propriedade.

Em 2009, segundo tabela apresentada por Evilásio, o consumo respondeu por 55% de tudo o que foi arrecadado pelos tributos no Brasil, e a renda participou com apenas 12,4%. A carga tributária no país corresponde a 33%. E, segundo o professor, dos mais de 23 milhões de brasileiros que declaram imposto de renda, só 5 mil declaram mais de um milhão de reais. Além disso, explica que a distorção ocorre porque a especulação financeira não é taxada, nem produtos de luxo. “Enquanto automóvel de trabalhador paga IPVA, iates e helicópteros são isentos de imposto”, disse. Parte dessa injustiça foi criada durante os anos FHC, quando o governo federal isentou aplicações.

O professor Anselmo Luiz dos Santos, da Unicamp, lembrou que o pagamento de impostos penaliza mais quem recebe menos. Do ponto de vista da tabela do Imposto de Renda,

exemplificou, há cerca de dez anos estavam isentos os trabalhadores que recebiam até dez salários mínimos, hoje o limite de isenção caiu violentamente e está em apenas quatro. De igual forma, alertou, a Desvinculação das Receitas da União (DRU), aplicada pelo governo FHC e que tem seu prazo de validade até 2011, retirou 40 bilhões de reais da Previdência, da Saúde e da Seguridade Social, drenando estes valiosos recursos para o governo atender as despesas financeiras com juros e amortizações da dívida, que hoje consomem 6% do PIB.

Anselmo também advertiu a CUT para não cair na história da desoneração da folha de pagamento, que “pertence ao ideário da flexibilização, que aponta para a redução de direitos trabalhistas e previdenciários”. No portal da CUT, o presidente da central, Artur Henrique, explica que a ideia de diminuir a carga tributária é a agenda da elite. “Queremos é debater a mudança na estrutura tributária brasileira. Desmontamos esse mito da desoneração. Apontamos para algumas mudanças: penalizar a especulação, tributar a renda e não o consumo. Queremos debater o orçamento público também. Mas para isso nossas

entidades devem se incorporar ao debate, difundir nossas propostas para enfrentar essa disputa que certamente se dará no Brasil”, afirmou.

CUT defende reajuste de 14,84% para o piso regional do Paraná

Em acordo com as demais centrais, com exceção da CUT-PR, e com a bancada patronal, o Governo do Estado enviará à Assembleia Legislativa (Alep) a mensagem sobre o reajuste do piso regional do Paraná, que prevê a recomposição do mínimo regional em 6.9%. Em audiência pública, a CUT se posicionou contrária à proposta. A bancada do Partido dos Trabalhadores irá apresentar emendas ao projeto. As emendas reforçam o posicionamento da CUT de que é possível o governo corrigir em 14,84% o mínimo regional.

Jurídico**Indefinição na ação contra irregularidades no PSS 2011**

O Departamento de Assuntos Jurídicos da APP-Sindicato informa que permanecem aguardando julgamento na 4ª e 5ª Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça os mandados de segurança que questionam as irregularidades nas contratações temporárias de profes-

sores, técnicos administrativos, professores pedagogos e de educação especial, entre outros, por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS), ocorrido no início deste ano.

Após a APP-Sindicato ter obtido liminares nas ações, o governo do

Estado operou mudanças nos editais e nos polêmicos resultados do processo seletivo que apresentavam a classificação dos candidatos, mas não a respectiva pontuação.

Em agravo regimental, o governo conseguiu a revogação das liminares,

contudo a análise de mérito ainda será feita pelo Tribunal de Justiça. Segundo a advogada Gisele Soares, do Departamento Jurídico da APP-Sindicato, caso o Tribunal mantenha a decisão que revogou as liminares, o caso será levado a Brasília para uma decisão final.

Ação pede mudança na fixação de professores que passaram de 20 para 40 horas

Professores que contavam com dois cargos de 20 horas e tiveram regime de trabalho consolidado em 40 horas aguardam uma decisão na ação proposta pela APP-Sindicato que questiona a fixação e a lotação a partir de 4 de agosto de 2010 e em um único estabelecimento de ensino.

A ação pede a nulidade da Portaria

1888/2010 e da Instrução Normativa 02/2010, que promoveu a fixação posterior de professores, o que impactou diversos pontos da carreira, principalmente a prerrogativa de educadores com maior tempo de fixação de ter preferência na distribuição de aulas. O objetivo da ação é que seja considerada pela administração a data anterior,

em que já estava fixado o professor.

Após ter sido negada antecipação de tutela na vara de origem, a APP aguarda o julgamento de um agravo de instrumento na 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, a fim de se conseguir já uma liminar suspendendo as medidas administrativas, que vêm prejudicando professores adiantados na carreira.

Paranaeducação - Continua tramitando, à espera de julgamento, na 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, ação da APP-Sindicato que requer que seja computado, para servidores aprovados em concurso público, o tempo de serviço pela ParanáEducação, serviço social autônomo (natureza privada) criado no governo Lerner.

Projeto para criação da Defensoria Pública do Paraná será enviado para Assembleia

A Defensoria foi prevista pela Constituição Federal, em 1988, e deveria oferecer orientação jurídica gratuita à população pobre

A APP-Sindicato e demais setores da sociedade civil organizada promoveram no dia 18 de março um ato público em prol da implementação da Defensoria Pública do Paraná. As entidades elaboraram o documento 'Movimento Pró-Defensoria Pública' e entregaram para representantes do governador Beto Richa.

No documento, o 'Movimento Pré-Defensoria Pública' registra o desacordo dos seus membros com a retirada, por parte do governo do Estado, do projeto aprovado em primeira votação na Assembleia Legislativa do Paraná.

A minuta do Anteprojeto da Defensoria Pública do Estado do Paraná foi disponibilizada no site da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (www.seju.pr.gov.br) no último dia 21 de março. No entanto, o prazo de recebimento das sugestões da sociedade foi curto: encerrou no dia 24. O projeto será apresentado pelo executivo em maio à Assembleia Legislativa.

Mesmo que a lei seja sancionada, a instalação da Defensoria

Pública levará alguns meses, por depender inclusive da realização de concurso público para estruturá-la. Entretanto, só o fato de ela sair do papel é mais uma luta contra a violação dos direitos dos cidadãos e em prol dos movimentos sociais. Para a secretária de Políticas Sociais da APP, Silvana Prestes, todo o cidadão tem direito à justiça gratuita. "A criação da Defensoria é imprescindível. Vemos hoje que aqueles que têm dinheiro para pagar advogado têm amparo da lei, mas os mais carentes não tem esse mesmo amparo porque não tem recursos para pagar pela sua defesa. Ter direito a ter direito é também um direito humano. Por isso, defendemos a criação da defensoria", destacou Silvana.

A luta pela implantação da Defensoria Pública no Paraná tem mais de uma década. O movimento pró-defensoria entende a reivindicação como necessidade emergencial, já que apenas o Paraná, Santa Catarina e Goiás ainda não têm um órgão como este.

Esclarecimento sobre o Congresso Estadual da APP-Sindicato

Circulou, desde o início do ano, em algumas escolas, um abaixo-assinado com a pretensão de convocar o congresso da entidade para o primeiro semestre deste ano. Entretanto, havia erro de informação, ao se repassar à categoria que a direção da APP não convocou o congresso. Ao informar erroneamente a categoria, o documento induzia à interpretação equivocada, desconsiderando as deliberações de assembleias e conselhos estaduais ocorridos em 2010.

Ocorre que o Congresso Estadual da APP-Sindicato foi corretamente convocado para os dias 16, 17 e 18 de dezembro de 2010, conforme consta na Página da Educação nº 686, publicada na Folha de Londrina do dia 08/09/2010. Entretanto, por ser ano de eleições para governador, o conjunto das instâncias da APP-Sindicato entendeu ser fundamental a realização da V Conferência Estadual da Educação, precedida pelas conferências regionais, e de um debate com os candidatos ao governo do Paraná. Desta forma, prudentemente, decidiu-se adiar a realização do Congresso da categoria para 2011.

Decisão acertada, que permitiu a realização de excelente Conferência da Educação, onde se elaborou a Carta Compromisso da Educação contendo propostas para melhorar a educação pública em nosso Estado.

A Carta e o Caderno de Resoluções da V Conferência contou com a participação e contribuição de mais de mil educadores, entre professores e funcionários. As propostas da V Conferência pautaram o debate promovido pela APP-Sindicato com os candidatos ao governo do Paraná, ocorrido no dia 10/09/2010 em Curitiba, no Teatro Fernanda Montenegro.

Por fim, cabe refutar a insinuação dos autores do abaixo-assinado. A direção estadual da APP jamais cogitou impedir a realização do Congresso da categoria. A APP-Sindicato é profundamente democrática. Todas as decisões da direção estadual são fruto da mais ampla democracia que impera junto ao Conselho Estadual, Assembleias da categoria e demais instâncias de deliberação.

Ressaltamos que os/as Trabalhadores/as em Educação reunidos na Assembleia Estadual da APP-Sindicato do dia 26 de março, após analisar e debater o extenso calendário da categoria para o primeiro semestre de 2011, principalmente a campanha salarial e o processo eleitoral da Entidade, aprovaram que o Congresso Estadual da APP-Sindicato será realizado nos dias 02, 03 e 04 de dezembro de 2011, contemplando todos os prazos estatutários e necessários para uma atividade de tão grande importância.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO ANO DE 2010 APP-SINDICATO

RENDAS	SEDE	NÚCLEOS	CLUBE
MENSALIDADES PROFESSORES	R\$ 9.946.474,05	R\$ 4.010.309,66	
MENSALIDADES FUNCIONÁRIOS	R\$ 901.946,15	R\$ 391.250,90	
MENSALIDADES MUNICIPAIS	R\$ 304.143,12	R\$ 130.347,04	
MENSALIDADES DO CLUBE			R\$ 45.173,82
ALUGUEL SALÃO CLUBE			R\$ 283,45
RENDAS CASAS DOS TRABALHADORES	R\$ 210.128,25	R\$ 65.715,70	
RENDAS COLÔNIAS DE FÉRIAS	R\$ 146.167,52		
RENDAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 16.406,03	R\$ 49.261,02	
RENDAS DE APLICAÇÕES NA POUPANÇA	R\$ 12.894,45	R\$ 2.287,22	
RENDAS EXTRAORDINÁRIAS	R\$ 1.461,07	R\$ 41.077,39	
TOTAL	R\$ 11.539.620,64	R\$ 4.690.248,93	R\$ 45.457,27

DESPESAS	SEDE	NÚCLEOS	CLUBE
ADMINISTRATIVAS			
ÁGUA E ESGOTO	R\$ 33.523,92	R\$ 17.492,07	
ALUGUEL E CONDOMÍNIO	R\$ 122.329,51	R\$ 149.617,84	
COPA E COZINHA	R\$ 80.838,89	R\$ 52.044,72	
MANUTENÇÃO E REFORMAS DE IMÓVEIS	R\$ 76.507,54	R\$ 196.647,54	R\$ 21.781,06
ENERGIA ELÉTRICA	R\$ 62.047,98	R\$ 30.894,92	R\$ 9.625,60
FOTOCOPIAS E ENCADERNAÇÕES	R\$ 9.775,64	R\$ 15.182,61	
FRETES E CARRETOS	R\$ 481,08	R\$ 30.420,95	
MANUTENÇÃO DE ALARMES	R\$ 11.601,03	R\$ 10.791,11	R\$ 2.579,00
ACESSO A INTERNET VIA COPEL - SEDE	R\$ 27.605,40		
ACESSO INTERNET - NÚCLEOS SINDICAIS		R\$ 16.735,56	
MANUTENÇÃO PROGRAMA DE CONTABILIDADE E DEPARTAMENTO PESSOAL - PROSOFT LTDA	R\$ 10.317,14		
MANUTENÇÃO DE COPIADORAS	R\$ 5.691,52	R\$ 11.969,10	
MATERIAIS E SERVIÇOS DE LIMPEZA	R\$ 114.783,72	R\$ 63.821,17	R\$ 6.594,50
MATERIAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	R\$ 25.573,73	R\$ 23.946,49	
MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	R\$ 39.954,56	R\$ 47.109,09	
SEGUROS PATRIMONIAIS	R\$ 24.477,57	R\$ 70.107,78	
TELEFONES	R\$ 245.560,93	R\$ 343.610,73	R\$ 4.472,24
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R\$ 123.352,01	R\$ 134.833,98	R\$ 924,69
TOTAL	R\$ 1.014.422,17	R\$ 1.215.225,66	R\$ 45.977,09

DESPESAS COM VEÍCULOS	SEDE	NÚCLEOS	CLUBE
ALUGUEL DE VEÍCULOS	R\$ 3.326,03	R\$ 22.474,21	
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	R\$ 45.987,54	R\$ 96.657,57	
DESGASTES DE VEÍCULOS	R\$ 1.530,62	R\$ 86.739,77	
SEGURO OBRIGATÓRIO	R\$ 1.097,86	R\$ 1.647,38	
ESTACIONAMENTO	R\$ 10.969,48	R\$ 13.394,61	
PEDÁGIOS	R\$ 8.413,83	R\$ 14.358,63	
REPAROS E MANUTENÇÃO	R\$ 35.088,15	R\$ 56.298,04	
TOTAL	R\$ 106.413,51	R\$ 291.570,21	

DESPESAS TRIBUTÁRIAS-FINANCEIRAS E JUDICIAIS	SEDE	NÚCLEOS	CLUBE
CUSTAS PROCESSUAIS	R\$ 102.522,47		
IMPOSTOS E TAXAS	R\$ 16.081,38	R\$ 30.388,76	
TARIFAS BANCÁRIAS	R\$ 20.136,84	R\$ 22.058,08	
ASSESSORIA JURÍDICA EM BRASÍLIA-DF	R\$ 36.594,32		
ACOMPANHAMENTO JURÍDICO DAS AÇÕES NOS NÚCLEOS SINDICAIS	R\$ 21.491,90		
TOTAL	R\$ 196.826,91	R\$ 52.446,84	

FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS DA APP-SINDICATO	SEDE	NÚCLEOS	CLUBE
1/3 DE FÉRIAS	R\$ 52.976,90	R\$ 29.555,54	R\$ 1.672,96
13º SALÁRIO/2010	R\$ 161.718,95	R\$ 110.415,01	R\$ 4.461,22
ANUÊNIOS	R\$ 237.001,91	R\$ 410.989,18	R\$ 8.634,78
AUXÍLIO CRECHE	R\$ 27.324,93	R\$ 18.402,50	
FGTS	R\$ 240.347,82	R\$ 105.396,14	R\$ 6.134,17
GRATIFICAÇÃO	R\$ 64.129,93	R\$ 2.230,61	
HORAS EXTRAS	R\$ 21.190,76	R\$ 10.037,73	R\$ 12.268,34
INSS	R\$ 651.894,65	R\$ 281.614,03	R\$ 17.844,85
PIS	R\$ 28.440,23	R\$ 11.710,69	R\$ 1.115,31
PLANO DE SAÚDE	R\$ 31.228,49	R\$ 21.190,76	
SALÁRIOS	R\$ 1.649.533,24	R\$ 926.259,20	R\$ 45.727,43
VALE REFEIÇÃO	R\$ 117.664,48	R\$ 112.087,96	R\$ 6.134,17
VALE TRANSPORTE	R\$ 74.455,16	R\$ 70.821,75	R\$ 3.903,56
TOTAL	R\$ 3.357.907,45	R\$ 2.108.480,49	R\$ 110.127,40

DESPESAS DAS DIRETORIAS ESTADUAL E REGIONAIS	SEDE	NÚCLEOS	CLUBE
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DAS DIRETORIAS ESTADUAL E REGIONAL	R\$ 224.157,86	R\$ 185.220,30	
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO/ASSESSORIAS EM VIAGENS	R\$ 32.250,10		
LIBERADOS PARA OS NÚCLEOS 70% PAGOS PELA SEDE ESTADUAL	R\$ 445.092,39		
LIBERADOS 30% E LIBERADOS POR CONTA DOS NÚCLEOS		R\$ 334.763,38	
SEGUROS DAS DIRETORIAS	R\$ 60.331,57	R\$ 20.582,91	
PASSAGENS AÉREAS	R\$ 24.995,53	R\$ 11.961,96	
PASSAGENS RODOVIÁRIAS	R\$ 15.703,90	R\$ 62.041,63	
TAXI E CONDUÇÃO	R\$ 5.180,40	R\$ 14.562,88	
TOTAL	R\$ 807.711,75	R\$ 629.133,06	

ATIVIDADES ESTRUTURAIS E INSTITUCIONAIS	SEDE	NÚCLEOS	CLUBE
SEMINÁRIOS	R\$ 114.047,64	R\$ 98.431,07	
REUNIÕES E CURSOS DE FORMAÇÃO SINDICAL	R\$ 348.918,89	R\$ 540.957,76	
SEMINÁRIOS DE PLANEJAMENTO	R\$ 31.547,76		
CORAL DA APP SINDICATO	R\$ 28.379,67	R\$ 10.148,97	
CURSOS PARA FUNCIONÁRIOS DA APP	R\$ 1.823,40		
LIVROS PARA O ACERVO DA BIBLIOTECA		R\$ 1.409,00	
CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO	R\$ 60.286,46		

CONGRESSO CNTE/2011(PARTE PAGO EM 2010)	SEDE	NÚCLEOS	CLUBE
REUNIÕES DO CONSELHO FISCAL	R\$ 39.128,44		
CONFERÊNCIA ESTADUAL	R\$ 312.609,75		
DEBATE COM OS CANDIDATOS A GOVERNO	R\$ 37.390,45		
ANIVERSÁRIO DA APP SINDICATO	R\$ 5.862,72		
REUNIÕES CNE DA CNTE	R\$ 12.937,07		
TOTAL	R\$ 1.094.565,65	R\$ 650.946,80	

COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	SEDE	NÚCLEOS	CLUBE
CORREIO MALA DIRETA - ENVIO DOS JORNAIS			
30 AGOSTO - MURAL DA EDUCAÇÃO E OUTROS	R\$ 638.570,20		
DIVULGAÇÃO E IMPRESSOS(ADESIVOS-FAIXAS E PANFLETOS)	R\$ 181.775,35		R\$ 164.294,14
JORNAIS DOS NÚCLEOS SINDICAIS			R\$ 54.001,55
PRODUÇÃO JORNAL 30/08 - MURAL DA EDUCAÇÃO E OUTROS	R\$ 311.326,33		
VIDEOS/FOTOS/CAMISetas	R\$ 9.576,30		R\$ 15.973,19
PAGINA DA EDUCAÇÃO	R\$ 62.460,40		
ASSESSORIA DE IMPRENSA	R\$ 53.000,00		
CORREIO E MALOTE	R\$ 26.200,83		R\$ 27.595,59
JORNAIS E REVISTAS	R\$ 6.346,20		R\$ 14.850,57
TOTAL	R\$ 1.289.255,61	R\$ 276.715,04	

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS E SOCIAIS	SEDE	NÚCLEOS	CLUBE
CUT ESTADUAL 3,6%	R\$ 167.231,44		
CNTE 3,6%	R\$ 176.522,07		
CUT NACIONAL 2,2%	R\$ 102.196,99		
FUNDO DE FORTALECIMENTO ESTADUAIS 0,2%	R\$ 9.290,64		
FUNDO DE SOLIDARIEDADE 0,2%	R\$ 9.290,62		
DIEESE	R\$ 54.730,70		
DOAÇÕES	R\$ 53.883,28		R\$ 47.903,25
TOTAL	R\$ 573.145,74	R\$ 47.903,25	

FUNDO DE MOBILIZAÇÃO 3%	SEDE	NÚCLEOS	CLUBE
ASSEMBLEIAS E CONSELHOS	R\$ 43.734,01		
MOBILIZAÇÕES DA CATEGORIA	R\$ 114.333,49		
MOBILIZAÇÃO 30/08	R\$ 164.460,35		
CAMPANHA SALARIAL	R\$ 86.763,01		
TOTAL	R\$ 409.290,86		

RESUMO	SEDE	NÚCLEOS	CLUBE
TOTAL DAS RENDAS	R\$ 16.275.326,84		
TOTAL DAS DESPESAS	(-) R\$ 14.278.065,46		
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO/2010	R\$ 1.997.261,38		

CURITIBA, 23 DE FEVEREIRO DE 2011

MARLEI FERNANDES DE CARVALHO
PRESIDENTAMIGUEL ANGEL ALVARENGA BAEZ
SECRETÁRIO DE FINANÇASSERGIO ANTÔNIO MARTINSKI
CRC - 32035 PR

@appsindicato



App Sindicato



APPSINDICATO

BALANÇO PATRIMONIAL DO ANO DE 2010
APP-SINDICATO

ATIVO**DISPONIBILIDADES - SEDE E NÚCLEOS SINDICAIS**

CAIXA	R\$ 104.318,28
BANCOS CONTA MOVIMENTO	R\$ 540.924,34
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 1.478.621,31
CONTAS POUPANÇAS - NÚCLEOS SINDICAIS	R\$ 25.781,53
POUPANÇA FUNDO DE GREVE - SEDE	R\$ 291.177,75
TOTAL	R\$ 2.440.823,21

CONTAS A RECEBER DOS NÚCLEOS SINDICAIS

NÚCLEO DE ASSIS	R\$ 105.000,00
NÚCLEO DE PARANAVÁ	R\$ 150.000,00
TOTAL	R\$ 255.000,00

ADIANTAMENTOS DIVERSOS

REEMBOLSO DE CUSTAS PROCESSUAIS	R\$ 26.792,40
EMPRÉSTIMOS A FUNCIONÁRIOS DA APP SINDICATO	R\$ 16.941,92
TOTAL	R\$ 43.734,32

ADIANTAMENTOS DIVERSOS

REEMBOLSO DE CUSTAS PROCESSUAIS	R\$ 26.792,40
EMPRÉSTIMOS A FUNCIONÁRIOS DA APP SINDICATO	R\$ 19.740,92
ADIANTAMENTO OBRA SEDE ESTADUAL	R\$ 1.288.000,00
TOTAL	R\$ 1.350.545,97

IMOBILIZADO

SEDE ESTADUAL	R\$ 3.308.182,10
CLUBE DO PROFESSOR	R\$ 97.400,73
COLÔNIA DE GUARATUBA	R\$ 58.208,85
COLÔNIA DE ITAPOÁ	R\$ 61.786,17
NÚCLEOS SINDICAIS E CASAS DA APP-SINDICATO	R\$ 5.896.914,80
TOTAL	R\$ 9.422.492,65
TOTAL DO ATIVO	R\$ 13.468.861,83

PASSIVO**CREDORES DIVERSOS**

DEPÓSITOS DE AÇÕES TRABALHISTAS DOS PROFESSORES	R\$ 151.182,84
NÚCLEO DE ASSIS	R\$ 105.000,00
NÚCLEO DE PARANAVÁ	R\$ 150.000,00
CONSTRUTORA BAGGIO - NÚCLEO DE MARINGÁ	R\$ 1.074.160,44
TOTAL	R\$ 1.480.343,28

FORNECEDORES

BANCO VOLKSWAGEN - VEÍCULOS SEDE E NÚCLEOS SINDICAIS	R\$ 161.730,10
--	-----------------------

OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

ENCARGOS TRABALHISTAS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS DA APP SINDICATO.	R\$ 171.629,85
---	-----------------------

PATRIMÔNIO ASSOCIATIVO

PATRIMÔNIO SOCIAL ACUMULADO	R\$ 9.657.897,22
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO DE 2010	R\$ 1.997.261,38
TOTAL DO PASSIVO	R\$ 13.468.861,83

VARIAÇÃO PATRIMONIAL

	ANO - 2009	ANO - 2010	VARIAÇÃO
CAIXA	R\$ 46.452,06	R\$ 104.318,28	(+) R\$ 57.866,22
BANCOS CONTA MOVIMENTO	R\$ 783.470,61	R\$ 540.924,34	(-) R\$ 242.546,27
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 2.117.147,51	R\$ 1.478.621,31	(-) R\$ 638.526,20
CONTAS DE POUPANÇA	R\$ 339.265,42	R\$ 316.959,28	(-) R\$ 22.306,14
CONTAS A RECEBER	R\$ 28.037,00	R\$ 255.000,00	(+) R\$ 226.963,00
ADIANTAMENTOS DIVERSOS	R\$ 43.734,32	R\$ 1.350.545,97	(+) R\$ 1.306.811,65
CONSÓRCIOS	R\$ 12.969,06	R\$ -	(-) R\$ 12.969,06
IMOBILIZADO	R\$ 6.735.150,58	R\$ 9.422.492,65	(+) R\$ 2.687.342,07
CREDORES DIVERSOS	R\$ 205.294,93	R\$ 1.480.343,28	(-) R\$ 1.275.218,00
FORNECEDORES	R\$ 39.354,61	R\$ 161.730,10	(-) R\$ 122.375,49
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS	R\$ 203.679,80	R\$ 171.629,85	(+) R\$ 32.219,60
VARIAÇÃO IGUAL AO SUPERÁVIT DO ANO/2010			R\$ 1.997.261,38

ÍNDICE DE LIQUIDEZ DA APP SINDICATO

DISPONÍVEL = 2.440.823,21 DIVIDIDO PELAS OBRIGAÇÕES A PAGAR 1.407.520,39 = 1,74 OU SEJA, OU SEJA, A CADA UM REAL DE DÍVIDA A APP SINDICATO TEM 1,74 UM REAL E SETENTA CENTAVOS DISPONÍVEIS PARA SALDAR SUAS DÍVIDAS.

CURITIBA, 23 DE FEVEREIRO DE 2011

MARLEI FERNANDES DE CARVALHO
PRESIDENTA

MIGUEL ANGEL ALVARENGA BAEZ
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

SERGIO ANTÔNIO MARTINISKI
CRC - 32035 PR

APP terá nova sede ainda em 2011

O cronograma da obra está sendo cumprido rigorosamente. Ainda em abril, termina a fase da fundação. Em junho, o edifício começará a ser erguido.

A nova sede dos trabalhadores da rede pública estadual de ensino do Paraná deve, ainda este ano, estar pronta. O edifício de seis andares - e que está sendo erguido em um terreno de 1.800 m² - está localizado em uma das vias mais importantes de Curitiba, a avenida Iguaçu, no bairro Rebouças.

A expectativa é que, dentro de alguns meses, o prédio que terá como um dos seus maiores atrativos um teatro para 600 pessoas, seja finalizado. Atualmente, a equipe que trabalha no local está terminando a etapa da fundação, que foi antecedida pela construção de uma cortina de concreto (que serve para proteger os prédios vizinhos do impacto da obra).

Além do teatro, a nova sede terá anfiteatro, estúdios de rádio e televisão, átrio, cozinha, refeitório, biblioteca, salas de aula, estacionamento para 80 carros, além das instalações das secretarias e setores administrativos da APP. Para a secretária de Administração e Patrimônio da entidade, Clotilde Santos Vasconcelos, a obra é um marco histórico para a educação do Estado.

“O objetivo da nova sede é oferecer uma melhor estrutura, tanto física, quanto organizativa, para atender os nossos sindicalizados”, desta-

cou. Clotilde também informa que a empresa responsável pela obra planeja que em junho deste ano o prédio já esteja erguido.



Foto: Valnísia Mangueira



Foto: Rodrigo A. Romani

Em 2011, a APP completa 64 anos de luta

No dia 26 de abril, a APP-Sindicato completa mais um ano de história na defesa da educação pública do Paraná: o 64º. De 1947, quando foi criada, para cá, o mundo e a educação mudaram. Mas os desafios de garantir condições de trabalho dignas para os educadores e ensino de qualidade na rede pública continuam. **Venha, você também, fazer parte dessa história.**

Comunicação da APP ganha reforço nas redes sociais

Amplificar o poder de comunicação com sua base. Este é o principal objetivo da APP-Sindicato ao investir, oficialmente, em perfis da entidade nas redes sociais Twitter e Facebook. Desde o final do ano passado, os tra-

balhadores em educação, simpatizantes e comunidade em geral podem ‘seguir’ a entidade através da conta @appsindicato (Twitter) e, no Facebook, pelo perfil APP-Sindicato.

“Sonho não se vende, sonho se partilha”

O artista João Bello, de forma inovadora, traz para as escolas a pauta dos movimentos sociais

O educador popular João Bello traz uma ideia ousada e inovadora para as salas de aula do Paraná. Os núcleos regionais receberam a proposta do Projeto Semeador de Sonhos, agora em DVD. O vídeo é resultado de 11 anos de trabalhos de formação com professores em todo o Brasil e surgiu a partir do pedido dos próprios educadores, que têm dificuldade de acesso ao show do artista.

O vídeo está quase pronto e o artista busca parcerias para espalhar o projeto. Segundo ele, “sonho não se vende, sonho se partilha”, por isso o material está sendo feito de forma independente. É uma ferramenta pedagógica que traz a arte como forma de ação social.

O material terá cinco blocos, de vinte minutos cada, sobre os temas: organização popular, ques-

tões sociais, meio-ambiente, diversidade e apresentação dos movimentos sociais organizados. Para sensibilizar os alunos, utiliza músicas de autores paranaenses, interpretadas por Susi Monte Serrat, além de contação de histórias. O eixo básico do trabalho é o “sentir, refletir e agir”, ou seja, fornecer conhecimento para o exercício prático da cidadania e fomentar o desejo pela pesquisa para mudar realidades.

Os núcleos da APP receberam uma prévia do DVD e a proposta pedagógica. A partir da avaliação dos professores, o autor vai receber sugestões, para só então concluir o DVD. Esta é uma forma de criar identificação com o material. A previsão de lançamento é maio e o custo para o público em geral é R\$ 25. Porém, para baixar esse

preço, o autor planejou uma forma diferente de viabilizar o projeto. Ele já está vendendo cotas de DVDs, que geram descontos em seu show. A menor cota, com 10 exemplares, custa R\$ 200, já 100 DVDs custa R\$ 1.100. Aqueles que contribuírem, terão agradecimento no encarte e podem contratar uma palestra show de lançamento, com descontos proporcionais ao tamanho da cota de DVDs. Logo, quem comprar 100% da cota, ganha o show de graça.

Para ser parceiro, é só depositar o valor no Banco Itaú, agência 9180, conta poupança 63120 3/500 e comunicar o depósito pelo e-mail joaobello@gmail.com, com o endereço para envio dos DVDs.



Foto: Divulgação